

Controle de gastos terá aditivo

GERALDA FERNANDES

Até o final da próxima semana, o governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional um aditivo ao projeto que trata de mudanças no sistema de fiscalização e controle dos gastos públicos, já em tramitação na Câmara. Autonomia para o órgão central fiscalizador, com mandato de dois anos e aprovação do nome do diretor pelo Senado; descentralização das auditorias nos órgãos estaduais; e vinculação das secretarias de Controle Interno ao órgão central e não mais ao ministro de cada pasta são os pontos principais do novo projeto, elaborado esta semana, em conjunto, por auditores e técnicos do Tesouro Nacional.

“Muito mais importante do que arrecadar mais é gastar bem, com lisura e eficiência”, destacou o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, durante palestra ontem, no encerramento do seminário “Controle dos gastos públicos”, organizado pela União e pelo Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle, Unacôn e Sinatetic, respectivamente, e realizado durante três dias no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Segundo ele, a eficácia do controle dos gastos públicos se tornou prioridade, e, como órgão central controlador, a

STN iniciou estudos para subsidiar o governo no seu trabalho de controle.

O estudo, em fase final de acordo com Murilo Portugal, prevê reformulação do modelo institucional de controle; definição de um programa mínimo de trabalho, com metas a serem atingidas; e medidas que valorizem o trabalho e estimulem a produtividade; e, principalmente, descentralização e autonomia em relação aos estados. “O trabalho hoje concentrado na STN prejudica o desempenho”, disse, acrescentando que o controle deve ficar mais próximo do executor — atualmente a Secretaria é responsável pela administração financeira e pelo controle dos gastos. Murilo Portugal ressaltou o desestímulo dos auditores. “O alto índice de evasão é bastante grave”, disse, ao lembrar que de 1989 a 1992 foram recrutados 529 analistas e apenas 289 continuam na função, uma evasão de 43%.

A juíza federal, Selene Maria de Almeida, uma das palestrantes do seminário, ressaltou que o instrumento que o cidadão tem disponível para exercer o controle é a ação popular. “Todos nós temos direito público a um governo honesto”, disse a juíza, acrescentando que “o poder sem controle se distancia de suas finalidades, se corrompe”.